



Serviço Público Federal
Ministério do Turismo
Secretaria Especial da Cultura
Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
Coordenação Técnica do IPHAN-MG

PARECER TÉCNICO nº 330/2021/COTEC IPHAN-MG/IPHAN-MG

ASSUNTO: Parecer de Reavaliação referente ao Processo de Revalidação do Título de Patrimônio Cultural do Brasil, do *Toque dos Sinos e do Ofício de Sineiro em Minas Gerais, tendo como referência São João del-Rei e as cidades de Ouro Preto, Mariana, Catas Altas, Congonhas do Campo, Diamantina, Sabará, Serro e Tiradentes.*

REFERÊNCIA: Proc. 01450.000823/2021-32

Belo Horizonte, 30 de agosto de 2021.

Introdução

No ano de 2019 completaram-se 10 anos que o Toque dos Sinos foi inscrito no “Livro de Registro das Formas de Expressão” e o Ofício de Sineiros foi inscrito no “Livro de Registro dos Saberes”, sendo assim reconhecidos como Patrimônio Cultural do Brasil. Naquele momento, o reconhecimento se baseou na identificação deste bem cultural nos municípios de São João del-Rei, Ouro Preto, Mariana, Catas Altas, Congonhas, Diamantina, Sabará, Serro e Tiradentes.

Logo após o Registro em 2009, conforme prevê o Programa Nacional de Patrimônio Imaterial - PNPI, diversas ações foram empreendidas pelo IPHAN, em especial pela Superintendência em Minas Gerais, juntamente com detentores e parceiros, com o propósito de apoiar a continuidade deste bem cultural e promover a melhoria das condições sociais e materiais de transmissão e reprodução que possibilitassem sua continuidade.

De acordo com o Decreto nº 3.551/2.000, que instituiu o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem o patrimônio cultural do país, a cada 10 anos esses Registros devem ser revalidados pelo Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, tendo em vista que as práticas culturais são processuais e dinâmicas e estão sujeitas a transformações no decorrer do tempo. E, com este propósito, foram iniciados os procedimentos para a reavaliação e revalidação do Registro do Toque dos Sinos e do Ofício de Sineiros em Minas Gerais.

Conforme estabelecido na Resolução Iphan nº 5/2019, o principal objetivo deste processo é reavaliar as formas de produção, reprodução e transmissão dos saberes relacionados ao bem cultural registrado – no caso, o Toque dos Sinos e Ofício de Sineiros, nos municípios onde este bem cultural está presente. Busca-se, portanto, a identificação das permanências e transformações pelas quais este bem cultural passou ao longo dos últimos 10 anos, a percepção dos efeitos do Registro sobre a prática cultural, a recondução de novos rumos e encaminhamentos para o processo, bem como validação dos caminhos acertados percorridos.

Este processo de reavaliação e revalidação se iniciou, nesta unidade do IPHAN, a partir do encaminhamento da Nota Técnica nº 7/2021/COREG/CGIR/DPI, de 08 de abril de 2021, elaborada pelos técnicos do Departamento de Patrimônio Imaterial – DPI/IPHAN, tendo como conteúdo as orientações e diretrizes para elaboração do Parecer de Reavaliação relativas ao processo de Revalidação do título de Patrimônio Cultural do Brasil, do bem cultural em questão.

Em função da vigência da pandemia de Covid-19, tornou-se inviável a possibilidade de reuniões e encontros presenciais, deslocamentos do quadro técnico e dos sineiros para reuniões. Optou-se, portanto, pela realização de reuniões virtuais, para se promover um diálogo entre o Iphan, detentores e parceiros para a reavaliação do Toque dos Sinos e do Ofício de Sineiro.

Com este propósito, foram realizadas quatro reuniões virtuais, nos dias 17, 29 e 30 de junho e 25 de agosto de 2021, nas quais contou-se com a participação dos sineiros oriundos dos municípios integrantes do Registro, sineiros de outros municípios - como Baependi, Bom Sucesso, Conceição da Barra de Minas, Oliveira, Passatempo e até sineiros moradores do município de Rio de Janeiro, que têm interesse na sua inclusão no processo de Registro –, parceiros institucionais e técnicos do Iphan MG, da Superintendência e escritórios técnicos. A primeira reunião teve como objetivo prestar esclarecimentos referentes ao processo de Revalidação, os conceitos, procedimentos, objetivos; a segunda e a terceira reuniões tiveram como proposta a realização do debate, propriamente dito, dos temas e questões a serem considerados para reavaliação do bem cultural, e na quarta reunião foram apresentados e discutidos os principais pontos presentes no Parecer de Reavaliação elaborado pelos técnicos da Superintendência do IPHAN em MG. Este processo foi iniciado no dia 01/06/21 e finalizado no dia 01/09/21, e compreendeu um intervalo de 90 (noventa) dias, nos quais foi possível executar as seguintes etapas: 1) mobilização de detentores e agentes das prefeituras dos 09 municípios do Registro; 2) realização do processo de debate conjunto com detentores, parceiros e técnicos; 3) elaboração do parecer por parte da área técnica do IPHAN MG; 4) apresentação, discussão dos principais pontos do parecer elaborado; 5) incorporação das sugestões e pontos debatidos e 6) encaminhamento do parecer finalizado ao DPI.

1. O bem cultural, território e aspectos relevantes do Registro^[1]

Para se ter a exata noção dos aspectos mais relevantes para a reavaliação do bem cultural em questão, traremos nesta seção as principais informações relativas a ele a partir das informações obtidas ao longo do seu processo de Identificação e Registro, buscando obter parâmetros para sua avaliação e comparação com a sua conformação atual.

Em linhas gerais, o Toque dos Sinos se constitui como uma forma de expressão que associa os sinos, as torres sineiras, os sineiros e a comunidade receptora destas mensagens sonoras, em um processo de codificação e decodificação de longa continuidade nas cidades de Minas Gerais. Sua forma de reprodução se dá pela execução dos repiques, badaladas e dobres dos sinos das igrejas católicas, anunciando rituais religiosos e celebrações, como festas de santos e padroeiros, Semana Santa, Natal, casamentos, batizados, atos fúnebres e marcação das horas, entre outras mensagens de interesse geral da comunidade. A estrutura dos toques está relacionada às ocasiões religiosas, mas transcende esses sentidos refletindo também a dimensão da identidade cultural local e regional. De acordo com o Dossiê de Registro do bem cultural:

a voz dos sinos faz parte da sua paisagem urbana, desde tempos muito antigos, assim como o traçado tortuoso das ruas, o casario encarapitado nos morros, e as torres das igrejas onde ficam abrigados os “bronzes” que comunicam, convocam, celebram a vida e choram a morte. O toque mágico – sabe-se também – vem de mãos ágeis e hábeis de detentores de um saber com raízes plantadas na nossa ancestralidade europeia, cristã e africana de muitas crenças e ritmos. Os sinos falam diretamente à alma mineira e a traduzem para os “de fora”, seja em badaladas solitárias, tristes e graves; seja nos repiques alegres, ligeiros, misturados aos batuques do congado e a outros sons que se propagam em festas religiosas. (IPHAN, 2016, p. 17)^[2]

O conhecimento sobre esta *forma de expressão* foi mantido por uma “teia de relações” entre sineiros, irmandades religiosas e diferentes segmentos da sociedade, ao longo de séculos, destacando-se aí o papel dos sineiros, que em seu cotidiano no exercício do ofício são responsáveis por sua transmissão, preponderantemente por meio oral e do ensino através da prática. Não por menos o Ofício foi também reconhecido como Patrimônio Cultural do Brasil, sendo a salvaguarda dos dois bens – toques e saberes – indissociável.

Diante do entendimento sobre a importância destes bens culturais (forma de expressão e ofício) por parte da própria comunidade envolvida, em 13 de agosto de 2001 foi dado o início do processo de Registro, a partir do pedido de reconhecimento ao Iphan, por demanda da comunidade de São João del Rei e por iniciativa do então

Secretário de Cultura do Estado de Minas Gerais.

A partir do acolhimento deste pedido por parte do Iphan, foram realizadas pesquisas para identificação e caracterização do bem cultural – que inicialmente era mais conhecido no município de São João del Rei. A pesquisa foi realizada em três momentos, por três instituições diferentes e sob a coordenação do IPHAN. [3] Primeiramente, no ano de 2002, a pesquisa foi conduzida por consultores e colaboradores da Fundação de Pesquisa da Universidade Federal de São João del Rei – FUNREI. Este momento viabilizou o levantamento de material bibliográfico, documental e algumas entrevistas que possibilitaram o entendimento de que este bem cultural não estaria circunscrito somente ao município de São João del Rei. Neste sentido, foi definida a ampliação do território das pesquisas e, posteriormente, do próprio Registro, incluindo outros 08 municípios: Ouro Preto, Mariana, Catas Altas, Congonhas, Diamantina, Sabará, Serro e Tiradentes. Entretanto, a pesquisa foi interrompida por questões e problemas institucionais. No ano de 2004 a pesquisa foi retomada, no segundo momento sob a responsabilidade de equipe da Santa Rosa Bureau Cultural, que teve como foco a pesquisa e documentação referente aos municípios de Mariana, Ouro Preto e Catas Altas. Ao final desta contratação ainda foram necessários acréscimos ao material e dados levantados. Em razão disto, em 2007 e 2008, foi necessária mais uma incursão para pesquisa e documentação, sendo necessária, desta forma, a contratação dos serviços da ONG Núcleo Brasileiro de Percussão – NBC, para se expandir o inventário para as cidades de Congonhas, Sabará, Serro e Diamantina, bem como de Tiradentes, sendo que neste município o inventário foi realizado diretamente por servidora da Superintendência do IPHAN em MG. E finalmente os dados das pesquisas foram consolidados no Dossiê Descritivo para o Registro.

O que se identificou em termos de aspectos culturais relevantes e em comum nas nove cidades integrantes do Registro foram: a) a ligação do processo de constituição histórica destas cidades às atividades mineradoras; b) a forte presença histórica da mão de obra de escravizados africanos; c) a forte presença de associações religiosas de leigos, as irmandades e confrarias; d) a presença marcante do barroco como estilo artístico, litúrgico e para litúrgico e de forma mais ampla, como visão de mundo; e) o destaque dado à música na vida cotidiana e extra cotidiana e a intensa vida cultural nestas cidades.

De acordo com as informações do dossiê descritivo, as principais funções socioculturais dos sinos – de comunicação com Deus, com os homens e o controle do tempo – ainda se mantiveram ao longo dos tempos, de forma bastante intensa, principalmente no município de São João del Rei, e de forma mais ou menos ressonante nos outros oito municípios. Para além da função comunicativa, o Toque dos Sinos nestes municípios agenciou processos de construção identitária, sentimentos de pertencimento a uma “paisagem sonora”, reconhecidos socialmente nas comunidades inventariadas.

De forma geral, os Toques dos Sinos foram mantidos a partir da prática ritualística dos cultos, ofícios litúrgicos e celebrações da igreja católica, a qual mobilizava diversos músicos e outros profissionais que tinham como atribuição realizá-los e dos quais o universo sineiro fazia e faz parte até os dias de hoje. Existe uma grande diversidade de toques tanto no que se refere às suas funções dentro dos rituais e celebrações, quanto na variedade de toques e sotaques, dentro de uma mesma função, em se considerando os diversos municípios onde são executados.

Em linhas gerais, os toques são classificados em termos de *ritmo*, “festivos” ou “fúnebres”, e em termos de *formas de execução* – com o sino paralisado são “repiques” e “pancadas” e com o sino em movimento são “dobres” (que podem ser “simples” e “duplo”). A partir do treino e do uso destas possibilidades e formas, em maior ou menor grau de complexidade, é que se percebe o quão experiente e conhecedor é um sineiro, pois este deve saber a forma correta de se executar os toques, observando a sua estrutura e a ocasião na qual é tocado. É a associação destes elementos de forma harmoniosa que configura as mensagens emitidas pelos sinos e garante a sua função comunicativa.

Em relação aos sineiros, as referências, relatos e documentos históricos dão conta de que tocar os sinos, desde o século XVI, foi uma tarefa de clérigos e sacristãos. Na América portuguesa a maior parte dos trabalhos manuais eram atribuições dos escravizados. Neste sentido, foi destacada a forte presença da mão de obra escrava para “tanger” os sinos e consequentemente concluiu-se que esta prática sofreu inegável influência dos diversos ritmos sonoros e de músicas das culturas africanas, a partir da identificação de alguns elementos, como a denominação de toques como “Barravento” (proveniente de ritmos do candomblé e da capoeira), “Batucada”, “Batuquinho”, bem como a marcação de alguns toques similares ao samba de roda, entre outras influências.

O dossiê destaca também a abertura para uma certa inventividade por parte dos sineiros, uma certa liberdade de criação, conforme foi constatado a partir de identificação de criação recente de repiques. Foi verificado ainda que certos toques que possuem funções similares nos ritos podem ser escolhidos pelos próprios sineiros, dentre o repertório existente, além da impressão de marcas pessoais nos toques através de pequenas alterações, que são conhecidas entre eles como “floreios”.

A pesquisa também trouxe a informação das formas de categorização dos sineiros, dentro de seu próprio universo. Existem: a) os *antigos sineiros* que ainda são praticantes, mas tocam esporadicamente e atuam como orientadores em atividades não rotineiras. São conhecedores e experientes no ofício e podem orientar os mais novos; b) os *jovens sineiros* que são praticantes e atuam no cotidiano das missas e celebrações; c) os *zeladores* que propiciam aos jovens as condições para que estes consigam realizar a sua tarefa; d) os *mestres sineiros* que são os sineiros já falecidos e que se tornaram referência no ofício e sobre os quais as histórias, peripécias e “causos” permanecem vivos nas falas e nas lembranças dos sineiros de hoje.

Um dos pontos a ser destacado em relação ao Dossiê de Registro, e que nos interessa em termos do processo de Reavaliação do bem cultural, diz respeito à constatação e destaque para o pouco envolvimento institucional da igreja, com relação aos toques e ao ofício dos sineiros, tendo sido percebida ainda a existência de conflitos diversos entre as comunidades de padres, no que se refere à gestão e prática deste bem cultural.

Vale destacar ainda outra observação importante verificada neste dossiê, na qual se indica que as cidades do Serro, Sabará e Catas Altas apresentaram maior grau de dificuldade quanto à garantia do repasse e da transmissão do conhecimento sobre os toques e a práticas sineiras.

Outro ponto de interesse são as recomendações para a salvaguarda apresentadas no dossiê e que serviram de norteamento inicial para a construção do processo de diálogo e mobilização para as ações pós-Registro realizadas pelo IPHAN junto aos sineiros. Seguem abaixo:

- Documentar, com a qualidade técnica e precisão necessárias, os diferentes toques de sinos existentes nessas cidades;
- Promover oficinas para recuperação dos toques nas cidades onde estes se perderam, considerando a memória oral;
- Promover oficinas para troca e difusão do repertório dos toques;
- Incentivar a pesquisa acerca dessa forma de expressão bem como de sua história ao longo do tempo;
- Difundir por outros mecanismos como publicações, documentação sonora e audiovisual, os resultados das pesquisas realizadas;
- Realizar obras de manutenção e conservação das torres e dos sinos, de modo a viabilizar a continuidade dos seus toques e a melhoria das suas condições de expressão e reprodução;
- Valorizar o ofício de sineiro por meio da regulamentação de sua atividade nas igrejas, como uma forma de reconhecimento de sua contribuição para a preservação da cultura brasileira;
- Identificar e documentar as irmandades, os rituais litúrgicos e as celebrações religiosas associados aos toques dos sinos, como forma de promover sua continuidade.

1. Aspectos relevantes do processo de Salvaguarda: ações realizadas e demandas

Sob o estímulo do processo de Registro, ações que visavam a continuidade desta prática se deram de formas diversas, nos diferentes municípios integrantes do Registro e para além da atuação do IPHAN. Em Diamantina, por exemplo, houve uma campanha chamada "Sino Cidadão" (em 2010), que teve como objetivo arrecadar fundos para a fundição de uma réplica do sino maior de uma catedral que estava rachado e outros sinos danificados – no total foram adquiridos seis novos sinos – além da promoção de ações variadas para a dinamização da cultura sineira. A campanha foi idealizada por um Jornal local, em parceria com outros grupos e instituições, e contou também com a participação das Comissões de zeladores da igreja, dentre os quais alguns eram também sineiros.

Documentos do processo de Registro trazem informações de que moradores ligados às igrejas ou antigos sineiros às vezes usam de recursos próprios para garantir a continuidade do toque dos sinos. As irmandades, principalmente no caso de São João del Rei, cumpriram um papel importante de organização nesse contexto. Estes documentos relatam que padres, igrejas e comunidades se organizam para tomarem providências para a continuidade, como a manutenção física dos sinos e o pagamento de sineiros para tocarem, muitas vezes incluindo-os em outras tarefas como zeladores na igreja, para manutenção dos toques cotidianamente.

Mais recentemente, podemos citar também o projeto "Som dos Sinos", **contemplado pelo Programa Eletrobras Cultural 2014 e vencedor do Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade – IPHAN, 2016**oi proposto com o

Processo de Salvaguarda

O processo salvaguarda do *Toque dos Sinos e do Ofício de Sineiros em Minas Gerais*, na Superintendência do IPHAN em Minas Gerais, teve início em 2010, por meio da realização de encontros com os sineiros dos municípios contemplados pelo Registro, com o objetivo de levantar suas demandas e necessidades em relação à continuidade deste bem cultural. Naquele momento, foram realizados encontros/reuniões com sineiros das cidades de Ouro Preto, Mariana, Catas Altas, Sabará, Diamantina, Serro e São João del Rei. Em razão de condições adversas encontradas nos anos de 2011 e 2012 na Superintendência de Minas Gerais, somente em 2013 puderam ser retomadas as reuniões com os sineiros de Tiradentes e Congonhas, encerrando-se assim a primeira etapa do processo de elaboração do *Plano de Salvaguarda*, que se deu a partir da produção do *Quadro Demandas para a Salvaguarda – Primeira Sistematização* pela equipe técnica do setor de Patrimônio Imaterial do IPHAN/MG.

Em continuidade às ações de articulação para elaboração do *Plano de Salvaguarda do Toque dos Sinos e do Ofício de Sineiro em Minas Gerais*, a equipe do IPHAN/MG deu início à realização de reuniões com representantes dos poderes públicos dos municípios contemplados pelo inventário, visando o estabelecimento de possíveis parcerias para a salvaguarda dos bens culturais em tela. Em reunião ocorrida com representantes da Prefeitura de São João Del Rei, em julho de 2013, foi sugerida a realização de um encontro dos sineiros de todos os municípios envolvidos, com vistas a que eles pudessem se conhecer, trocar experiências e, sobretudo, objetivando a sistematização do referido Plano de Salvaguarda e o estabelecimento das prioridades para sua execução.

Nesse contexto foi realizado o I Encontro de Sineiros de Minas Gerais, em São João Del Rei, quando foi sistematizado o Plano de Salvaguarda do Toque dos Sinos e do Ofício de Sineiro em Minas Gerais e definidas as ações prioritárias a serem executadas no biênio 2015-2016. Dentre estas ações, deliberou-se pela realização de encontros anuais dos sineiros, com vistas à avaliação das ações executadas/em execução e à proposição de reorientações porventura necessárias do Plano de Salvaguarda, bem como para a continuidade do intercâmbio entre os sineiros das nove cidades. Destaque-se, neste encontro, a presença de sineiros de duas outras cidades, não abrangidas pelas pesquisas que fundamentaram o Registro: Oliveira e Bom Sucesso.^[5]

Em 2015 foi realizado o II Encontro de Sineiros de Minas Gerais, na cidade de Ouro Preto, no qual os sineiros deliberam pela elaboração de uma publicação que servisse de apoio a eles em seu cotidiano, com dicas de conservação e de pequenos reparos, que contribuisse para a preservação dos sinos e para consolidação e transmissão dos conhecimentos práticos – publicada em 2018

Em 2019 foi realizado o III Encontro Estadual de Sineiros de Minas Gerais, no município de Congonhas, tendo como um dos assuntos discutidos a importância do associativismo para a concretização das ações de Salvaguarda. Além disso, durante o evento, foi proposta pelos sineiros a realização de reunião com representantes das Paróquias.

Para 2020, estava proposta a continuidade dos encontros anuais dos sineiros, por meio da realização do IV Encontro Estadual de Sineiros de Minas Gerais, no município de Diamantina, com o objetivo de serem discutidos os resultados alcançados por meio das ações apresentadas durante o último encontro, bem como buscar, conjuntamente, novas proposições para a continuidade da Salvaguarda. Entretanto este encontro está em suspenso, aguardando a estabilização da situação gerada pela pandemia de Covid-19, que interrompeu a sequência de ações que vinham sendo realizadas neste processo.

O objetivo principal destes encontros foram a promoção de intercâmbios entre os sineiros para a troca de experiências e, sobretudo, a construção e a sistematização do Plano de Salvaguarda, com o estabelecimento das prioridades para sua execução. A partir de então os encontros de sineiros passaram a ser uma constante forma de intercâmbio e diálogo.

Entre os resultados da salvaguarda mais destacados e considerados como as ações prioritárias estabelecida pelos detentores, está a garantia da frequência da realização dos Encontros. Apesar de não terem acontecido em todos os anos, já foram realizados três encontros, além de mais um que está confirmado de acontecer assim que houver condições sanitárias para tal. Importante dar destaque ao fato de que os Encontros ofereceram uma oportunidade inédita, já que antes os sineiros estavam organizados de forma isolada em cada um dos municípios e a partir deles passaram a se reconhecer enquanto um grupo maior e ao mesmo tempo alinhados por interesses comuns.

Podemos destacar também a elaboração e publicação do livreto “Entendendo os Sinos”, com conteúdo produzido pelos Sineiros, juntamente com os técnicos da Superintendência. E ainda em relação às atividades ligadas à difusão e valorização, foi feita a reprodução e distribuição de exemplares do DVD produzido na época do Registro e a publicação e distribuição do Dossiê de Registro, reproduzido posteriormente para divulgação entre os próprios sineiros e instituições parceiras.

Além disso apontamos também e a abertura de Formulários Online, no site do Iphan, que atualizou os contatos e informações sobre os sineiros em atividade, embora não tenha conseguido grande abrangência.

Em relação às demandas levantadas neste processo, podemos apontar como principais sugestões e necessidades apresentadas pelos sineiros, ao longo das reuniões e encontros dos anos de 2010, 2014, 2016 e 2018, foram:

1. Inventário, diagnóstico e monitoramento dos sinos e torres/Avaliação, conservação e restauro constante dos sinos e torres;
2. Criação de uma associação (estadual ou por cidade) de classe como espaço para fortalecer o papel dos sineiros;
3. Articular poderes públicos locais, paróquias, conselhos de patrimônio, de turismo e de cultura, associações civis para possíveis parcerias para a salvaguarda dos toques e do ofício;
4. Maior divulgação da “linguagem dos sinos”;
6. Ações para a garantia da continuidade dos toques dos sinos;
5. Capacitação dos sineiros para identificação de problemas e ações de manutenção dos sinos e torres sineiras.

Dentre estas demandas colocadas acima, o que se desenhou como ação prioritária no momento consecutivo foi a indicação para realização de reunião do IPHAN com paróquias e os membros da igreja, buscando apresentar o bem cultural, tal como está reconhecido, para se estabelecer conexões e mediação, com a instituição, sobre a prática do Toque dos Sinos e o Ofício de Sineiro.

Outro conjunto de ações apontado como prioritário pelos sineiros é a realização de inventário, diagnóstico e capacitação de mão de obra para conservação e restauração dos sinos. Esta ação foi iniciada com visitas conjuntas de técnicos da área de patrimônio material e imaterial da Superintendência de MG a Sabará e Caeté, com vistas ao planejamento de ações – para inventário e diagnóstico de suas torres sineiras, e com a realização das primeiras oficinas de capacitação para alguns sineiros locais. Além disto está programada, e aguardando disponibilidade de recursos orçamentários, uma ação que prevê a realização de capacitação sobre inventário, diagnóstico e manutenção dos sinos e torres sineiras, tendo como *locus* os municípios integrantes do Registro e, posteriormente, outros municípios que possam vir a ser integrados. A ação em questão estaria integrada a outras ações da área de patrimônio material propostas por técnico desta Superintendência. Seu objetivo é realizar diagnósticos e inventários sobre a situação dos sinos e torres sineiras; capacitar sineiros, técnicos e outros agentes culturais interessados, para realizarem inventários, diagnósticos e ações de manutenção e, a partir do material produzido nestas ações, elaborar e publicar material de instrução sobre a manutenção e reparação dos sinos e torres sineiras, voltados para os sineiros, comunidade envolvente e agentes culturais.

Neste cenário, destacam-se questões específicas do processo de salvaguarda deste bem, que podem contribuir com a reflexão mais ampla sobre as maneiras pelas quais a área de patrimônio imaterial no Iphan vem lidando com os aspectos materiais presentes nos bens culturais de natureza imaterial, a exemplo da discussão proposta por Passos e Larsen (2020).^[6] que aborda a aspectos da gestão deste bem cultural no âmbito das políticas de patrimônio cultural. O exemplo do processo relativo ao Toque dos Sinos e Ofício de Sineiros nos coloca de frente para a necessidade de extrapolar nosso entendimento e atuação, problematizando a dicotomia entre material e imaterial, bem como para a urgência de se criar novas formas de atuação e integração destas ações dentro do contexto institucional.

1. Estratégias para mobilização dos detentores e debate acerca da reavaliação do bem cultural

A primeira iniciativa, ou seja, a estratégia programada pelos técnicos da Superintendência para proceder com o diálogo e debates previstos pela Resolução Iphan nº 5/2019, foi a mobilização dos detentores do bem cultural provenientes dos municípios de São João del Rei, Ouro Preto, Mariana, Tiradentes, Serro, Catas Altas, Sabará, Congonhas, Diamantina e Oliveira^[7] para participarem de reuniões nas quais seriam feitas as discussões de reavaliação do bem cultural. A proposição foi de realizar reuniões virtuais – diante da impossibilidade de encontros presenciais, conforme destacado na introdução deste Parecer – que contassem com a participação dos sineiros em atividade nestes municípios, além dos parceiros da salvaguarda, que neste caso, são primordialmente os agentes das prefeituras, a partir de suas secretarias de cultura, educação, turismo, diretorias de patrimônio, entre outras, além de representantes dos próprios escritórios técnicos do Iphan nestes municípios. Neste sentido foram realizadas quatro reuniões virtuais, nos dias 17, 29 e 30 de junho e 25 de agosto de 2021. A primeira teve como propósito realizar esclarecimentos referentes ao processo de reavaliação e revalidação, como conceitos, procedimentos, objetivos etc. A segunda e a terceira reuniões tiveram como propósito realizar o debate propriamente dito dos temas e questões a serem colocados para reavaliação do bem cultural, tendo como lapso temporal o período entre o Registro, desde o ano de 2009 até momento atual. E, finalmente, a quarta reunião teve como propósito a apresentação dos principais pontos abordados no Parecer de Revalidação, elaborado pela equipe técnica da Superintendência a partir dos elementos apontados nas três primeiras reuniões e de fontes documentais sobre os processos de Registro e de Salvaguarda.

Para a promover a comunicação com e entre os detentores, a equipe da área de patrimônio imaterial da Superintendência estabeleceu contato com alguns deles para iniciar a mobilização, em seguida criando um grupo de WhatsApp para que todos pudessem acessar as informações principais, datas e horários das reuniões e encaminhamentos. As reuniões foram realizadas na plataforma Google Meet e conduzidas pelos técnicos e equipe da área de patrimônio imaterial das Superintendência do IPHAN MG.

As reuniões contaram com a participação fluante de 35 a 45 pessoas e o perfil dos participantes pode ser dividido conforme segue abaixo:

- a. Sineiros das cidades integradas ao Registro – São João del Rei, Ouro Preto, Mariana, Diamantina e Congonhas –, de sineiros de outros municípios que têm interesse em serem integrados ao Registro – Baependi, Bom Sucesso, Conceição da Barra de Minas, Passa Tempo e Oliveira – e até de sineiros residentes fora do estado de MG, dos municípios do Rio de Janeiro e de Florianópolis;
- b. Agentes públicos das prefeituras de São João del Rei, Sabará, Oliveira, Ouro Preto, Diamantina, Congonhas e Catas Altas;
- c. Pesquisadores do tema;

d) Servidores e colaboradores do IPHAN da Superintendência em Belo Horizonte e de todos os Escritórios Técnicos que coincidentemente estão instalados nos mesmos municípios do Registro, com exceção de Catas Altas.

Baseadas nas diretrizes e orientações de que trata a Resolução Iphan 5/2019 – [8] e nas orientações contidas na Nota Técnica nº 7/2021/COREG/CGIR/DPI, de 08 de abril de 2021, elaborada pelo DPI [9], foram lançadas aos participantes as questões abaixo, com vistas à condução do debate:

1. Os Toques dos Sinos ocorrem nas mesmas ocasiões que ocorriam, deixaram de ocorrer, ou passaram a ocorrer em novas situações? Há algum caso em que deixaram de ocorrer?
2. Os diversos Toques dos Sinos se mantiveram, deixaram de ser tocados, surgiram novos toques?
3. Os sineiros antigos continuam a tocar? Novos sineiros passaram a tocar? Como é a relação entre novos e antigos sineiros?
4. As formas de tocar se mantiveram ou se modificaram?
5. Quais as formas de ensino dos toques? Estas formas de ensino se mantiveram ou se modificaram?
6. Como se dá a organização dos sineiros, são as mesmas, ou mudaram?
7. Depois do Registro houve maior ou menor entendimento e valorização da prática entre os moradores da cidade, da comunidade, da paróquia, dos padres e da igreja?
8. O “Ofício de sineiro” recebeu algum outro tipo de reconhecimento? Passou a ser mais valorizado?
9. Qual a situação dos Sinos e Torres Sineiras, estão melhores ou piores, se compararmos o momento do Registro e o atual?
10. Quais as influências do Registro como patrimônio cultural e das ações de salvaguarda sobre o Toque dos Sinos e Ofício de Sineiros?
11. Quais as situações que dificultam ou podem dificultar a continuidade da existência do Toque dos Sinos e Ofício de Sineiros?
12. Quais outros aspectos consideram importantes para avaliação das transformações e continuidades no Toque dos Sinos e Ofício de Sineiros?
13. Quais as perspectivas e recomendações para a salvaguarda do Toque dos Sinos e Ofício de Sineiros?

1. Questões relevantes para a reavaliação do bem cultural

Destacaremos nesta seção os elementos que surgiram a partir das discussões e debates realizados, baseados nas questões e temas descritos no item anterior, de forma a ressaltar cada ponto, tema e os apontamentos direcionados a um diagnóstico dos próprios sineiros e parceiros participantes das mencionadas reuniões:

Das ocasiões de ocorrência dos toques

As questões iniciais trataram das mudanças e permanências relativas às ocasiões que ocorrem os toques dos sinos, os diversos toques, seus significados e as formas de tocar.

A maior parte dos sineiros pontuou que os toques de forma geral se mantiveram, mas que algumas mudanças ocorreram, não mudanças significativas a ponto de se falar de uma transformação mais radical do bem, mas sim mudanças que ocorrem em função da própria dinâmica do bem e de sua relação com as transformações culturais e sociais mais amplas: algumas mudanças na liturgia ou no calendário litúrgico, mudanças de hábitos da população, ou eventos específicos decorrentes do momento histórico – como o exemplo retomada do Toque da Agonia em São João del Rei, realizado a pedido dos párocos por decorrência dos milhares de mortos pela pandemia de Covid- 19, em 2020.

Foram mencionadas a manutenção e continuidade tanto dos toques mais frequentes – como os festivos, os toques dedicados aos padroeiros, os toques da Semana Santa – quanto os toques menos frequentes, como os de agonia (ou de aflição), os fúnebres e os de emergência. Foram relatadas também alterações no tempo de duração dos toques, ou seja, diminuição deste tempo, em função do incômodo dos vizinhos e mesmo párocos em relação aos toques longos.

Além disso foram mencionados novos contextos que surgiram, nos quais os toques dos sinos são utilizados, como as sineiratas, as comemorações da municipalidade (como o aniversário da cidade, em Ouro Preto, e os 20 anos do Título de patrimônio mundial da cidade de Diamantina), a ordenação de novos párocos, a eleição das mesas das irmandades, entre outros.

Entretanto foi lembrada também a perda de toques, por exemplo o toque de parto, em Ouro Preto. Outro apontamento foi de que cada sineiro imprime sua marca pessoal no toque, seu “floreio”, que permite até que se reconheça, só de ouvir, quem está tocando.

Importante ainda fazer menção a um fator atual mencionado pelos sineiros: a importância da realização das festas e comemorações católicas para que os toques aconteçam. Nestes contextos é que são executados a maior parte dos toques. Por isto é importante ressaltar a ruptura destes momentos provocada pela pandemia de Covid-19 e a preocupação dos sineiros com as consequências e implicações decorrentes do quase um ano e meio de interrupção das festas e, conseqüentemente, da prática de alguns toques.

Da diversidade de toques

Foi apontado, em linhas gerais, o surgimento de alguns toques que antes não existiam, como os voltados para festas de santo que ainda não tinham toque específico e toques para serem realizados em espaços específicos. Muito se falou, em especial a partir das manifestações dos sineiros mais velhos, sobre o papel das irmandades no controle da execução dos toques, no sentido de que estes sejam realizados de acordo com a forma tradicional e que os conhecimentos sobre isso sejam repassados, para que os toques sejam feitos nas ocasiões adequadas de da forma “correta”.

Das formas de tocar

A maioria dos relatos dos sineiros apontou para o uso da “criatividade” na forma de tocar como uma adaptação, ou solução para questões da segurança das torres, da situação de precariedade de algumas delas e de seus sinos, com as alterações se tornando necessárias nas formas de tocar para se garantir a segurança do próprio sineiro – como no caso em que a falta de segurança impede de dobrar o sino e que a saída encontrada foi bater o badalo de forma a imitar esse dobre. Outras situações nas quais as adaptações ocorrem seriam reflexo da diminuição do número de sineiros nas torres, sendo relatado o exemplo de Ouro Preto, cidade na qual várias torres sineiras foram feitas para serem tocadas por dois sineiros, mas como atualmente o número de sineiros é menor que anteriormente, nem sempre é possível manter os toques com fidelidade, pois exigiria uma grande habilidade dos sineiros para conseguir repicar dois ou três sinos simultaneamente.

Da relação entre as gerações de sineiros mais velhos e mais jovens

A maior parte dos sineiros participantes indicou a existência de dificuldade dos sineiros mais idosos em se fazer presentes nas torres, por questões de mobilidade e segurança; outras vezes porque estes se dedicam a outras atividades e não têm tempo ou mesmo pela existência de algumas resistências em razão da diferença entre as gerações. No entanto, os sineiros apontaram também que em geral existe uma grande vontade de ensinar e em alguns casos, como é o exemplo de Diamantina, a Secretaria de Cultura promove ações que facilitam o intercâmbio entre os sineiros novos e antigos. Este intercâmbio pode se dar também na troca com sineiros de outras cidades, algumas vezes nos encontros promovidos pelas Secretarias de Cultura ou pelo próprio Iphan. Além disto os sineiros antigos auxiliam na organização e logística dos sineiros para tocar em momentos e locais diversos.

Das formas de repasse, transmissão ou ensino dos toques dos sinos

A maioria destaca a importância do ato de observar e ouvir e de praticar e treinar, para daí se conseguir reproduzir. De modo geral, esta transmissão se dá dos mais velhos para os mais novos e isso é realizado das mais diversas formas. Muitos reproduzem os toques nas pedras, tampas de metal, postes de ferro, copos, botijões de gás, enxadas, bem como usam o violão para se “tirar” os toques e repassar, além do uso da gravação pelo celular e do intercâmbio por meio das redes sociais. Neste sentido, também foram relatadas iniciativas de prefeituras locais, como o caso de Diamantina, que promoveu recentemente oficinas e palestras para a ensino deste saber entre os sineiros. Entre as dificuldades apontadas por eles, estão a de acesso às torres, por parte dos jovens sineiros aprendizes. Isso acontece em especial nas igrejas onde as Irmandades não são atuantes, neste sentido os párocos não autorizam o acesso às torres a pessoas diferentes das que já costumam tocar. Outro importante fator destacado neste contexto é a forte influência dos conservatórios e escolas de música nas cidades onde estas práticas existem. Estes espaços de formação também contribuem com a formação musical dos sineiros – muitos deles detêm essa formação. Outras vezes sofrem influência de outras práticas culturais presentes nestes municípios e que envolvem a música e a percussão, como a capoeira, o maracatu e outras práticas das tradições de matriz afro-brasileira.

Das formas de organização entre os sineiros

Em geral informaram não haver neste momento a existência de associação ou organizações mais formalizadas entre os sineiros, embora existam, em algumas cidades, sineiros contratados como “sacristãos” ou “serviços gerais” pelas próprias paróquias, para que façam, entre outras atividades, o toque dos sinos. Foram

relatadas ainda situações de dificuldades em momentos anteriores, nos quais houve remuneração do trabalho de alguns sineiros – e neste caso a dificuldade se apresentou quando não havia recurso financeiro e alguns sineiros deixavam de tocar. Mas grande a maioria deles atua de forma voluntária e sem remuneração para tal. Neste sentido a organização se dá, em parte, pelas irmandades, pelas paróquias e em parte pelos próprios sineiros, em especial os mais experientes, que organizam as escalas nas igrejas, horários e os sinos específicos. Foi manifestada ainda a vontade de articulação e mobilização entre sineiros, que almejam a criação de associação de sineiros no estado de MG para tratar das questões de preservação dos toques e da segurança dos sineiros nas torres e do seu reconhecimento enquanto ofício.

Da valorização do bem cultural

A percepção dos sineiros em termos desta valorização é de que a partir do Registro não houve muita mudança em termos de entendimento da importância do toque dos sinos por parte da população e pelas paróquias, ou mesmo pela própria igreja. Informaram que muitos ainda desconhecem o fato de que o Toque dos Sinos e o Ofício de Sineiros são registrados como patrimônio imaterial. A divulgação deste processo se deu de forma mais interna, entre os próprios sineiros. Relataram ainda que existe uma atuação maior dos poderes públicos no âmbito das igrejas tombadas e que esta atuação se concentra nestes polígonos de tombamento, e que as paróquias mais periféricas costumam ter pouco ou nenhum apoio.

Especificamente em relação à valorização do ofício de sineiros, eles entendem que não houve avanços em termos das suas demandas de reconhecimento como ofício/profissão; houve, nesse sentido, menções nas quais se questionou a contratação de sineiros com “sacristãos” ou “auxiliar de serviços gerais,” e não especificamente como sineiro. Há também um entendimento de que o poder público não reconhece, possibilita ou fomenta condições para que ofício seja exercício praticado de forma mais satisfatória. Percebem que não houve ainda reflexos, por exemplo, das políticas de patrimônio no ICMS Cultural sobre a valorização do ofício.

Entretanto, percebe-se a atuação do poder público e da comunidade em situações pontuais, como no caso de Diamantina, na qual em momentos anteriores ao Registro a comunidade se mobilizou e se organizou para promover a restauração de seis sinos, bem como ações mais recentes da prefeitura nas quais foram feitas oficinas e palestras com o intuito de promover ações em torno da difusão e divulgação do bem cultural e para a transmissão de saberes sobre o toque dos sinos e ofício de sineiro. Foram relatadas ainda ações de sineiros que buscam promover oficinas e ensino dos toques para outros municípios. Citaram também momentos que contribuíram para maior divulgação e mobilização de sineiros – como eventos de comemoração com batizados de sinos – e para o reconhecimento bem cultural por parte da igreja e da comunidade, além de reconhecimento por parte do legislativo do município, em momentos em que foi comemorado “o dia do sineiro”, mas que não ocorre mais.

Da situação dos sinos e torres sineiras

Os relatos recorrentemente remeteram à falta de segurança das torres em função da precariedade das suas estruturas físicas (sujeira de pombos, algumas escadas são feitas de madeira, são íngremes e envelhecidas), problemas nas estruturas de sustentação dos sinos (estrutura de madeira apodrecida) e danos nos próprios sinos (sem corda, rachados, sem badalos); além disto foi citada a falta de mão de obra especializada para a manutenção dos sinos, aspectos que comprometem de maneira marcante a continuidade da realização dos toques em algumas igrejas. Destacou-se neste caso que quando as igrejas tombadas, são restauradas, geralmente as torres sineiras não são incluídas ou consideradas. Alguns entendem que há um “descaso” relação aos sinos.

Figura como exceção neste cenário o município de São João Del Rei, sobre o qual foi relatada a situação dos sinos, bem como das torres, como “impecáveis”.

Entretanto, neste caso observou-se a dificuldade na introdução de novos sinos que mantenham os timbres dos que são retirados. Isto implica na dificuldade de reconhecimento dos toques, tanto pela população quanto pelos próprios sineiros. Esta menção coloca a importância de abrir o debate sobre restauração ou substituição dos sinos, qual seria a melhor opção para sua preservação e continuidade, e sobre a possibilidade de se estabelecer regras, normativas, ou cartas patrimoniais sobre esta questão. Ainda sobre este município, houve relatos de que as igrejas e torres fora da área central, diferentemente das igrejas da área central, são bastante precárias.

Há ainda o entendimento de que as condições das torres e sinos tem relação direta com a valorização do ofício dos sineiros e da linguagem dos sinos. “Se não houver o entendimento da importância disso, não haverá investimento, seja pela parte da igreja, da prefeitura ou mesmo da comunidade” (fala de um sineiro).

Das influências do Registro e da Salvaguarda

Houve menções no sentido de que o processo de Registro e salvaguarda viabilizaram encontros e intercâmbios entre os sineiros de vários municípios, possibilitando a criação de “união” e sentimento de pertencimento a um grupo. Relataram ainda casos nos quais os sineiros de outros municípios que não estavam abrangidos pelo Registro e, ao participar do processo de salvaguarda, passaram a mobilizar outros sineiros no município, como é o exemplo de Oliveira.

Agentes das prefeituras chamaram a atenção para necessidade de se expandir o Registro para o âmbito municipal, em função da possibilidade de se promover um comprometimento maior dessas instâncias na promoção das ações de salvaguarda, de restauração e recuperação dos sinos, com o auxílio da política estadual do ICMS Cultural.

Das dificuldades e desafios para a continuidade do bem

De forma geral foi apontada a dificuldade de entendimento entre sineiros, padres e paróquias acerca do investimento na melhoria das condições das torres e sinos, bem como na relação de interação entre eles, com a oposição de alguns padres e irmandades sobre a importância dos toques e até mesmo restrições do acesso às torres. Além disso, foi relatado o fato de que alguns padres preferem nas suas paróquias a utilização de sinos com sistemas mecânicos (carrilhões) ou a utilização de gravações de toques e reprodução por meio de aparelho de som e amplificadores, o que exclui totalmente a atuação dos sineiros.

Destacaram a existência de reclamações e do incômodo de alguns segmentos das comunidades locais em relação aos toques, referentes ao “barulho” dos sinos e mencionaram ainda as tentativas de se criar proibições e restrições aos toques.

Outro fator de destaque neste quesito é a mencionada diminuição do interesse dos jovens em relação aos toques e ao ofício, o que, comparado ao que existia em momento anterior, dificulta a renovação. Vale ressaltar aqui que grande parte dos sineiros, e aspirantes a sineiros, são jovens, adolescentes e mesmo crianças. Isto é bastante perceptível, por exemplo, no município de São João del Rei, no qual existe uma grande quantidade de jovens e adolescentes envolvidos com a prática sineira. Entretanto, os apontamentos sobre a dificuldade de renovação e a falta de interesse dos jovens sobressai nas falas, durante o debate.

Para além dos pontos específicos debatidos e apresentados acima, foram feitas considerações sobre outros aspectos considerados relevantes para o processo de reavaliação do bem cultural e para a condução futura das ações de salvaguarda.

Um destes pontos é a necessidade de se ampliar o território do Registro, visto que foi apontada a existência e continuidade dos toques dos sinos e do ofício de sineiro em outros municípios do estado, situados nas proximidades das cidades integrantes do Registro como Baependi, Bom Sucesso, Conceição da Barra de Minas, Campo Belo, Caeté, Oliveira, Passatempo, Barbacena, entre outros – restringindo-nos aqui aos municípios que foram citados durante as reuniões referentes a este processo, sem ainda tratar dos dados levantados por meio do cadastro online lançado pelo IPHAN MG, no ano de 2018, que necessitam ser verificados e incluídos posteriormente. Neste ponto de discussão, foi apontada ainda importância de atentar para a existência dos toques nos distritos dos municípios já integrados ao Registro e da urgência da inclusão dos sineiros oriundos destes distritos nas reuniões, encontros e ações de salvaguarda, considerando que eles ainda não participaram destes momentos.

Além da discussão sobre o território, existem situações de municípios específicos que deverão ser consideradas de forma particular nas estratégias de mobilização e articulação e de planejamento das ações de salvaguarda. São os casos dos municípios do Serro e Catas Altas. Ao longo do processo de salvaguarda já foi percebida, por parte dos técnicos da superintendência, a dificuldade de participação dos detentores e agentes municipais dessas duas cidades em todas as reuniões e encontros, ora por dificuldades de transporte, ora por dificuldade no estabelecimento do contato, ausência de retorno aos convites e chamadas para participação das ações, encontros e reuniões. Esta não participação implica também na dificuldade de reavaliação das condições do bem cultural nestes locais. O que se sabe a respeito é que muitas das dificuldades são comuns àquelas relatadas pelos sineiros dos outros municípios, a exemplo das más condições de conservação das torres sineiras e sinos e as dificuldades nas relações com os representantes oficiais da Igreja Católica. Em geral as informações acerca disto são prestadas por sineiros das cidades vizinhas durante as reuniões, e até mesmo neste momento atual de reavaliação, que mantêm contato e interação com os sineiros destes locais. Vale ainda destacar, que no caso de Catas Altas, houve um início de aproximação com o poder público municipal, a partir da participação de agente da prefeitura nas reuniões referentes ao este processo de reavaliação, que nesta oportunidade nos informou sobre a vivacidade dos toques e do ofício no município e sobre o interesse do poder público local em integrar as ações de salvaguarda.

Destacamos também o caso de Sabará, que tem problemas para execução dos toques em função da situação de extrema precariedade da maioria das torres e sinos, que chegou ao ponto de inviabilizar a prática dos toques na maioria das igrejas.

1. Recomendações e encaminhamentos da reavaliação

As recomendações descritas abaixo são uma síntese do que foi indicado pelos sineiros e parceiros participantes das reuniões de reavaliação, em conjunção com questões que foram percebidas ao longo do processo de salvaguarda. Seguem abaixo as indicações:

1. Ampliação do território do Registro com inclusão imediata dos municípios de Oliveira e Bom Sucesso e realização de mapeamento para identificação e caracterização de novos municípios e localidades, em especial os municípios de Baependi, Barbacena, Caeté, Conceição da Barra de Minas, Passatempo e Campo Belo, sobre os quais existem elementos e indicativos da existência da prática sineira local, com vistas a sua inserção no Registro.
2. Fortalecer a atuação nos distritos dos municípios já integrados ao Registro, para a imediata inclusão dos detentores oriundos destes distritos nas reuniões, encontros e ações de salvaguarda, considerando que estes ainda não participaram destes momentos.
3. Planejar estratégias de aproximação com instâncias da Igreja Católica, para estabelecer um contato mais contínuo e articulado com as demandas levantadas pelos detentores e para a sensibilização quanto à salvaguarda do bem cultural;
4. Reforçar as ações de fortalecimento da parceria com as municipalidades para a continuidade do processo de salvaguarda;
5. Realizar levantamento, documentação e atualização dos registros em áudio e vídeo, do bem cultural, considerando a diversidade, as variações de toques e sotaques específicos de cada município e localidades;
6. Ampliar o apoio dos escritórios técnicos do IPHAN e das escolas municipais;
7. Trabalhar questões afeitas ao papel das mulheres nas torres sineiras;
8. Ampliar e potencializar as ações que visem as condições materiais para a existência dos toques e que possibilitem melhores formas de organização dos próprios sineiros;
9. Criar centros de referências, visando a manutenção dos Toques e Ofício, bem como a difusão do conhecimento sobre o bem cultural.

1. Parecer

A partir dos apontamentos trazidos à cena pelos processos de Registro, de Salvaguarda e de outras ações empreendidas na gestão patrimonial, por parte do IPHAN e outras instâncias governamentais, percebe-se que muitas das questões que estavam presentes desde o momento do reconhecimento se mantêm até o presente momento e ainda se colocam com pontos nevrálgicos para a manutenção destes bens culturais, como a preservação dos sinos e das torres sineiras, a relação entre os sineiros, comunidades e igreja, o processo de transmissão geracional dos saberes relativos aos toques, sua a difusão e valorização, a criação de acervos e registros audiovisuais sobre o bem, o fortalecimento das políticas patrimoniais entre as esferas governamentais, dentre outros pontos.

Entretanto, a despeito das dificuldades, fragilidades e desafios que se colocam, a constatação mais forte é a da presença constante e vivacidade deste bem cultural nos municípios onde foi inicialmente identificado, o que, aliado aos indicativos da sua existência e dinâmica para além dos territórios já reconhecidos, nos trazem a perspectiva da sua forte presença no ideário cultural local e regional e seu atual enraizamento nas comunidades focadas neste parecer de reavaliação.

É neste sentido que se indica, s.m.j., a pertinência da manutenção do título de “Patrimônio Cultural do Brasil” para o bem cultural *Toque dos Sinos e do Ofício de Sineiro em Minas Gerais, tendo como referência São João del-Rei e as cidades de Ouro Preto, Mariana, Catas Altas, Congonhas do Campo, Diamantina, Sabará, Serro e Tiradentes*.

Este é o parecer.

[1] Fonte consultada: IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **O Toque dos Sinos e o Ofício de Sineiro em Minas Gerais** - tendo como referência as cidades de São João del-Rei, Ouro Preto, Mariana, Catas Altas, Congonhas do Campo, Diamantina, Sabará, Serro e Tiradentes. Dossiê Descritivo. Coord. Yêda Barbosa. Brasília, DF: Iphan, 2016.

[2] IPHAN – Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **O Toque dos Sinos e o Ofício de Sineiro em Minas Gerais** - tendo como referência as cidades de São João del-Rei, Ouro Preto, Mariana, Catas Altas, Congonhas do Campo, Diamantina, Sabará, Serro e Tiradentes. Dossiê Descritivo. Coord. Yêda Barbosa. Brasília, DF: Iphan, 2016.

[3] Conforme consta no Parecer nº 27/GR/DPI/Iphan, de 30 de setembro de 2009. Referente ao Registro do: “O Toque dos Sinos em Minas Gerais, tendo como referência São João del’Rei e as cidades de Ouro Preto, Mariana, Catas Altas, Congonhas do Campo, Diamantina, Sabará, Serro e Tiradentes”.

Processo: 01450.011821/2009-82

[4] O projeto foi **concebido** por Marina Tomé e Marcia Mansur e viabilizado pela empresa Estúdio Crua.

[5] Os sineiros de Oliveira estiveram presentes nos três encontros realizados, e os de Bom Sucesso em dois – neste de São João Del Rei e no seguinte, ocorrido em Ouro Preto.

[6] CARVALHO, F. P. e LARSEN, N. “Onze anos do Registro do Toque dos Sinos em Minas Gerais: Um balanço das ações e gestão”. In: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). **Práticas de gestão** / Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. – Dados eletrônicos (1 arquivo PDF). – Brasília: IPHAN, 2020.

[7] Município que, como dito anteriormente, originalmente não estava integrada ao processo de Registro, mas se integrou ao longo da mobilização de detentores dentro das ações de salvaguarda.

[8] Em especial as questões do Anexo I: “Blocos 1 – Condições atuais de produção e reprodução do bem cultural”; “Bloco 2 – “As transformações e o fortalecimento sociocultural do bem reconhecido como patrimônio cultural do Brasil”; Bloco 3: Recomendações de Salvaguarda no Processo de Salvaguarda; Bloco 4: Recomendações e encaminhamentos da reavaliação”.

[9] Refere-se ao processo 01450000823/2021-32, na Nota Técnica 7 (documento SEI 2594793). Segue abaixo o link: https://sei.iphan.gov.br/sei/controlador.php?acao=arvore_visualizar&acao_origem=procedimento_visualizar&id_procedimento=2938361&id_documento=2989632&infra_sistema=100000100&infra_unidade_at



Documento assinado eletronicamente por **Vanilza Jacundino Rodrigues, Técnico**, em 30/08/2021, às 17:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.iphan.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **2927325** e o código CRC **946D2F03**.